



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA

CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA – TRINDADE

CEP: 88040-900 – FLORIANÓPOLIS – SC

TELEFONE (048) 3721-9846 – FAX (048) 3721-8422

propesq@contato.ufsc.br | www.propesq.ufsc.br

RESOLUÇÃO NORMATIVA N.º /CUUn/ -----, DE..... DE..... DE 2014.

Estabelece as normas para a definição, apresentação, registro, execução e prestação de contas de projetos fundacionais com recursos de órgãos públicos na Universidade Federal de Santa Catarina, conforme dispõe a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e legislação federal relacionada.

O Presidente do Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e considerando que:

- a) é do interesse da Universidade estabelecer convênios, contratos e instrumentos correlatos com órgãos públicos nas esferas federal, estadual e municipal que se beneficiem as atividades de pesquisa, ensino, inovação, desenvolvimento e extensão;
- b) Órgãos públicos têm interesse em desenvolver projetos que auxiliem no cumprimento das suas funções e para os quais a UFSC, através dos seus professores, técnicos-administrativos e estudantes, têm a necessária capacidade intelectual e de infraestrutura para a sua execução;
- c) os recursos repassados por estes órgãos para o desenvolvimento deste tipo de projeto são disponibilizados à UFSC através de descentralização orçamentária;
- d) a UFSC não dispõe de normatização que regule a definição, apresentação, registro, execução e prestação de contas deste tipo de projeto conforme determina a Lei 8.958, de 20 de dezembro de 1994;
- e) esta normatização visa institucionalizar e ampliar a capacidade da UFSC em captar e desenvolver projetos financiados desta forma;

f) visa também institucionalizar a formação das equipes de trabalho e ampliar a parcela das suas comunidades docente, servidores técnico-administrativos em educação e discente participantes neste tipo de projeto;
e tendo em vista o que deliberou este Conselho, em sessão realizada nesta data, conforme Parecer n.º , constante do Processo n.º , RESOLVE:

SEÇÃO I

DA DEFINIÇÃO, APRESENTAÇÃO, APROVAÇÃO E REGISTRO

Art. 1 – A presente resolução trata dos projetos institucionais de ensino, pesquisa, inovação, desenvolvimento ou extensão executados pela UFSC através da captação de recursos de **descentralização de créditos orçamentários** junto a órgãos públicos nas esferas municipal, estadual e federal e gerenciados através de contratação de Fundação de Apoio credenciada pelo Ministério da Educação.

Art. 2 – Os projetos de que trata o *caput* deste Artigo poderão se originar nos Departamentos, Centros de Ensino e nos Campi da UFSC ou nos órgãos da Administração Central.

§ 1 - As propostas originárias dos Departamentos deverão ser apreciadas por esta instância e pela Direção do Centro de Ensino respectivo para definição de prioridade.

§ 2 - As propostas originárias dos Centros de Ensino e dos Campi deverão ser analisadas e aprovadas por esta instância para definição de prioridade.

§ 3 - As propostas aprovadas pelas Unidades deverão ser previamente discutidas com as Pró-Reitorias e/ou Secretarias afins ao objeto e às características da proposta para adequação do orçamento, estabelecimento das contrapartidas para ressarcimento institucional, definição dos coordenadores e das equipes de trabalho.

§ 4 - As propostas elaboradas pelas Pró-reitorias e Secretarias serão avaliadas pela Administração Central, a quem caberá recomendar ou não a sua inclusão na lista de projetos institucionais prioritários que serão apreciados pelas respectivas Câmaras.

Art. 3 - Anualmente até o primeiro dia útil de abril e de setembro a Administração Central da UFSC receberá através do Gabinete da Reitoria e das Pró-Reitorias e Secretarias, propostas de projetos a serem financiados por descentralização orçamentária feitas por servidores docentes ou técnicos administrativos.

§ 1 - Em caráter excepcional e desde que devidamente justificado, propostas de projetos poderão ser submetidas fora deste prazo.

§ 2 – As propostas que não forem consideradas prioritárias em cada rodada farão parte de banco de projetos institucionais a serem apresentados em oportunidades vindouras.

§ 3 – O banco de projetos ficará disponível para consulta por interessados formalmente vinculados à UFSC, mediante solicitação feita à Pró-Reitoria ou Secretaria relacionada ao projeto e assinatura em termo de confidencialidade.

Art. 4 - As propostas aprovadas pelos Departamentos, pelos Centros de Ensino e pelos Campi de lotação dos pesquisadores ou extensionistas proponentes, deverão ser registradas no Formulário de Pesquisa ou de Extensão, conforme determinado pela Resolução de Pesquisa e pela Resolução de Extensão da UFSC;

Art. 5 - As propostas formalmente submetidas deverão apresentar plano de trabalho com definição do objeto, justificativa, objetivos, metodologia, orçamento, equipe de trabalho e cronograma, adotando como padrão o modelo estabelecido pela Instrução Normativa Nº 1 do 25 de Junho de 2010 do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Art. 6 - As propostas aprovadas pelas Câmaras de Ensino, Pesquisa e Extensão serão então consolidadas pela Administração Central que se encarregará da negociação, em conjunto com os Coordenadores Técnicos, com os órgãos parceiros.

SEÇÃO II

DA COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES DE TRABALHO

Art. 7 - As equipes de trabalho deverão atender ao disposto na legislação federal e nas normas internas da UFSC.

Art. 8 - As equipes de trabalho deverão ter um Coordenador Técnico que seja pesquisador com formação especializada na área do objeto de estudo e/ou produção atestada por produção qualificada descrita no CV Lattes nos 5 anos anteriores à proposição do projeto.

§ único – O Coordenador Técnico do projeto institucional a ser executado com recursos de descentralização será nomeado por Portaria emitida pela Reitoria a partir de indicação do nome do especialista feita pelos Departamentos da área de conhecimento da proposta submetida.

Art. 10 - As equipes de trabalho devem ser constituídas em pelo menos 2/3 por docentes, técnicos administrativos e estudantes vinculados à UFSC.

Art. 11 – O pesquisador poderá coordenar simultaneamente, no máximo, três projetos financiados com descentralização de recursos.

Art. 12 - A composição das equipes de trabalho será definida mediante prévia consulta aos Departamentos das áreas de conhecimento envolvidas.

Art. 13 - Os nomes dos membros das equipes de trabalho devem constar na proposta submetida para apreciação nos Departamentos, nos Conselhos de Centros ou Unidades e demais instâncias da UFSC, conforme determina a legislação federal.

Art. 14 - As atribuições, horas de trabalho e remuneração do Coordenador Técnico e dos membros das equipes de trabalho devem estar claramente definidas no Plano de Trabalho submetido para apreciação nas instâncias internas da UFSC.

Art. 15 - O Coordenador Técnico será o responsável pela elaboração técnica do projeto e pela sua execução, assumindo as funções de coordenação da equipe de trabalho e de acompanhamento da prestação de contas, elaborada em conjunto com a fundação de apoio, garantindo que o objeto do contrato seja cumprido integralmente.

Art. 16 - Caberá a Pró-Reitoria de Administração ou Secretaria envolvida, a nomeação do fiscal do projeto contratado, mediante consulta ao Departamento da área de conhecimento da proposta submetida.

SEÇÃO III

DO RESSARCIMENTO PARA A UFSC

Art. 17 - Os projetos institucionais contratados deverão prever em seus orçamentos o devido ressarcimento pelo uso de bens e serviços da UFSC pelo prazo necessário à elaboração e execução do projeto de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de estímulo à inovação.

§ 1 - Os critérios para definição do ressarcimento seguirão os parâmetros estabelecidos pelas Resoluções de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSC.

§ 2 - Será entendido como ressarcimento no plano de aplicação dos recursos previsão mensurável de pelo menos 25% do valor total do projeto a ser aplicado em compra/manutenção de equipamentos novos ou existentes que serão propriedade da UFSC, e/ou montagem e renovação de laboratórios e e/ou melhoria da infraestrutura física da Instituição.

§ 3 - Os pagamentos de bolsas para os membros das equipes de trabalho não são considerados como contrapartida para o ressarcimento da UFSC pelo uso de seus servidores e infraestrutura física e de laboratórios.

Art. 18 - A dispensa do ressarcimento será possível conforme o disposto no Art. 6º, da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, mediante aprovação pelo Conselho Universitário.

SEÇÃO IV

DA CONTRATAÇÃO DAS FUNDAÇÕES DE APOIO

Art. 19 - Através de cartas-consulta, o Coordenador Técnico entrará em contato com as fundações de apoio credenciadas, e a contratação da fundação que será responsável pelo gerenciamento do projeto obedecerá aos seguintes aspectos:

I - Experiência acumulada na área do projeto a ser executado;

II - Menor custo e melhores condições de infraestrutura de atendimento;

III- Quantidade de projetos institucionais já desenvolvidos com sucesso e em desenvolvimento;

IV - Apresentação da documentação exigida nos convênios;

V - Histórico de prestação de contas aprovadas em convênios anteriores similares ao convênio em tela.

§ único – Mediante justificativa substanciada, o Coordenador poderá indicar a Fundação responsável pelo gerenciamento do projeto, quando for o caso.

SEÇÃO V

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 20 - A prestação de contas obedecerá às normas estabelecidas na Resolução de Pesquisa, de Extensão e demais relacionadas ao tema na UFSC, na legislação federal e nos termos dos convênios assinados com os órgãos públicos.

Art. 21 - A elaboração da prestação de contas será de responsabilidade da fundação de apoio contratada.

Art. 22 - O Coordenador Técnico, o Fiscal e o Diretor do Centro ou da Unidade serão responsáveis pelo acompanhamento do processo de prestação de contas.

Art. 23 - As Pró-Reitorias e as Secretarias envolvidas diretamente com os projetos também serão responsáveis pela supervisão de todo o processo de prestação de contas e, em particular, dos relatórios técnico-científicos com os resultados dos projetos.

Art. 24 - As prestações de contas deverão, necessariamente, ser acompanhadas do relatório técnico final com os resultados do projeto executado de acordo com as atividades previstas no plano de trabalho e do parecer do fiscal do projeto.

Art. 27 - A versão final da prestação de contas será submetida à revisão técnica pela Coordenadoria de Prestação de Contas de Projetos Institucionais a ser criada no Departamento de Projetos, Contratos e Convênios da Pró-Reitoria de Administração.

SEÇÃO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25 - Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pelas Pró-Reitorias ou Secretarias e/ou respectivas Câmaras diretamente vinculadas aos projetos e pelo Conselho Universitário.

Art. 26 - Esta Resolução entrará em vigor a partir da sua publicação no Boletim Oficial da Universidade, ficando revogadas todas as disposições em contrário anteriores sobre o tema.

Roselane Neckel

Reitora